

CNPJ 34.028.316/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

R\$

A T I V O	2005	2004	P A S S I V O	2005	2004
		(reclassificado)			(reclassificado)
Circulante	2.471.752.518,47	2.062.106.552,07	Circulante	2.154.419.951,69	1.839.007.245,76
Disponível	1.420.818.086,35	1.097.079.227,13	Fornecedores	435.602.647,30	548.369.310,00
Caixa	130.919.634,70	118.962.396,61	Salários e Consignações	387.266.844,62	357.049.876,57
Bancos	181.608.673,04	244.238.224,39	Encargos Sociais	83.743.338,54	67.561.774,97
Aplicações	1.108.289.778,61	733.878.606,13	Impostos e Contribuições	221.308.973,70	133.542.664,67
Créditos	723.584.733,79	622.714.957,01	Dividendos a Pagar	277.893.517,24	75.270.619,99
Estoques	86.026.105,42	83.576.009,77	Arrecadações e Recebimentos	179.543.302,72	140.705.662,09
Despesas Antecipadas	11.512.487,61	2.184.786,85	Adiantamentos de Clientes	390.354.040,91	360.733.279,28
Outros Valores e Bens	229.811.105,30	256.551.571,31	Contas Internacionais a Pagar	53.230.599,93	49.166.776,34
Adiantamentos	63.982.114,51	67.335.899,73	Precatórios Judiciais	12.026.754,42	9.468.811,86
Valores a Compensar	81.709.747,54	99.042.984,76	Provisões	207.203,82	192.479,83
Cobrança Jurídica	63.960.369,54	65.132.698,69	Empréstimos e Financiamentos	51.016.852,14	55.383.210,20
Valores a Apurar	5.331.196,38	4.093.910,87	Participação nos Lucros e Resultados	47.070.996,56	22.707.620,71
Outros Créditos	14.827.677,33	20.946.077,26	Receitas a Apropriar	4.690.878,84	15.311.906,47
Realizável a Longo Prazo	966.653.184,55	887.462.475,50	Outros Débitos	10.464.000,95	3.543.252,78
Aplicações	658.788.321,57	657.957.768,86	Exigível a Longo Prazo	1.046.751.053,50	1.019.399.311,24
Créditos	113.736.164,54	115.289.306,17	Empréstimos e Financiamentos	259.640.989,18	368.798.094,84
Despesas Antecipadas	2.298.626,90	3.711.550,50	Postalis Reserva Amortizar	296.957.469,96	228.972.939,84
Depósitos Judiciais Trabalhistas	103.702.103,73	103.126.624,08	Provisões	336.833.914,73	254.285.288,69
Outros	88.127.967,81	7.377.225,89	Tributos Compensados	82.056.819,44	78.636.696,61
Permanente	2.022.638.185,90	2.173.201.738,48	Mandados e Precatórios	9.261.860,19	68.946.320,27
Investimentos	6.327.229,57	6.179.932,37	Outros Débitos	62.000.000,00	19.759.970,99
Imobilizado	1.981.603.059,10	2.136.668.751,11	Patrimônio Líquido	2.259.872.883,73	2.264.364.209,05
Imóveis	771.586.443,28	873.817.241,83	Capital	1.143.668.303,20	1.143.668.303,20
(-) Depreciação Acumulada	(236.940.720,58)	(200.973.230,03)	Reservas de Capital	31.638.953,55	31.730.843,33
Móveis	2.322.949.290,95	2.123.430.987,98	Reservas de Lucros	456.748.028,76	436.928.661,79
(-) Depreciação Acumulada	(832.410.322,64)	(640.669.187,42)	Reserva Legal	95.715.432,46	75.896.065,49
(-) Amortização	(43.581.631,91)	(18.937.061,25)	Reserva p/ Projeto de Investimento	361.032.596,30	361.032.596,30
Diferido	34.707.897,23	30.353.055,00	Lucros Acumulados	627.817.598,22	652.036.400,73
Instalações e Despesas	58.933.866,37	46.249.196,18			
(-) Amortização Acumulada	(24.225.969,14)	(15.896.141,18)			
T O T A L	5.461.043.888,92	5.122.770.766,05	T O T A L	5.461.043.888,92	5.122.770.766,05

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RUBRICA	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.985.782.106,95	7.011.757.727,62
DEDUÇÕES	(381.199.364,32)	(286.193.185,31)
Impostos e Contribuições	(381.199.364,32)	(286.193.185,31)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.604.582.742,63	6.725.564.542,31
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(5.652.866.100,49)	(4.935.962.885,11)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.951.716.642,14	1.789.601.657,20
Receitas Operacionais	427.651.494,40	319.354.511,36
Financeiras	427.651.494,40	319.354.511,36
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.954.365.360,71)	(1.831.164.258,22)
Financeiras	(296.755.918,68)	(327.006.904,27)
Administrativas	(1.362.543.558,94)	(1.260.226.499,17)
Treinamento	-	-
Despesas de Depreciação e Amortização	(295.065.883,09)	(243.930.854,78)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	425.002.775,83	277.791.910,34
RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS	260.843.839,15	300.834.652,88
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	685.846.614,98	578.626.563,22
PROVISÕES	(242.388.279,01)	(238.990.016,22)
Provisão para Imposto de Renda	(175.915.179,93)	(173.795.832,68)
Provisão para a Contribuição Social	(66.473.099,08)	(65.194.183,54)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	(47.070.996,56)	(22.707.620,71)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	396.387.339,41	316.928.926,29

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	R\$	
	2005	2004 (reclassificado)
ORIGENS	718.804.964,76	682.732.677,40
DAS OPERAÇÕES	691.453.222,50	563.950.425,29
Lucro Líquido do Período	396.387.339,41	316.928.926,29
Mais:	295.065.883,09	243.930.854,78
Depreciação e Amortização	-	3.090.644,22
Baixas de Bens Permanentes	-	-
DE TERCEIROS	27.351.742,26	118.782.252,11
Aumento do Exigível a Longo Prazo	27.351.742,26	118.694.399,59
Imóveis recebidos por Doação	-	87.852,52
APLICAÇÕES	624.571.704,29	668.363.915,68
Aplicações em Investimentos	147.297,20	-
Aplicações no Imobilizado	131.762.252,90	212.358.692,97
Aplicações no Diferido	12.684.670,19	-
Aumento do Realizável a Longo Prazo	79.190.709,05	312.284.666,34
Diminuição do Exigível a Longo Prazo	-	-
Transferências à União	263.554.606,21	143.720.556,37
Ajustes de Exercícios Anteriores	137.232.168,74	-
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	94.233.260,47	14.368.761,72
ATIVO CIRCULANTE	409.645.966,40	393.831.641,98
No início do período	(2.062.106.552,07)	(1.668.274.910,09)
No fim do período	2.471.752.518,47	2.062.106.552,07
PASSIVO CIRCULANTE	315.412.705,93	379.462.880,26
No início do período	(1.839.007.245,76)	(1.459.544.365,50)
No fim do período	2.154.419.951,69	1.839.007.245,76

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATÉ 31/12/2005

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	INVESTIMENTOS		
Saldo em 31/12/2003	1.143.668.303,20	31.642.990,81	60.049.619,18	361.032.596,30	494.674.477,12	2.091.067.986,61
Acréscimos às Reservas:						
Imóveis recebidos/devolvidos doação		87.852,52				87.852,52
Incentivos fiscais de imposto renda						
2 Recolhimento à União					(68.449.936,38)	(68.449.936,38)
0 Projetos de investimentos						
0						
4 Resultado do período					316.928.926,29	316.928.926,29
Destinações:						
Reserva Legal			15.846.446,31		(15.846.446,31)	
Dividendos da União					(75.270.619,99)	(75.270.619,99)
Saldo em 31/12/2004	1.143.668.303,20	31.730.843,33	75.896.065,49	361.032.596,30	652.036.400,73	2.264.364.209,05
Acréscimos às Reservas:						
Imóveis recebidos/devolvidos doação		(91.889,78)				(91.889,78)
Incentivos fiscais de imposto renda						
2 Recolhimento à União					(75.270.619,99)	(75.270.619,99)
0 Projetos de investimentos						
0						
5 Resultado do período					396.387.339,41	396.387.339,41
Destinações:						
Reserva Legal			19.819.366,97		(19.819.366,97)	0,00
Dividendos da União					(188.283.986,22)	(188.283.986,22)
Ajuste do Ativo Permanente					(137.232.168,74)	(137.232.168,74)
Saldo em 31/12/2005	1.143.668.303,20	31.638.953,55	95.715.432,46	361.032.596,30	627.817.598,22	2.259.872.883,73

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL DA ECT EM 31/12/2005

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
R\$ 1.143.668.303,00	Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº. 509, de 20 de março de 1969.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2005**(Valores em R\$)****NOTA 1 - DA ENTIDADE****CARACTERIZAÇÃO**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília - DF, no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco A, CNPJ/MF 34.028.316/0001-03, é Empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/69, vinculada ao Ministério das Comunicações, com capital social no montante de R\$ 1.143.668.303,20, totalmente integralizado pela União. Rege-se pela legislação federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativo-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e Órgãos do mesmo nível e pela Administração Regional, representada por 25 Diretorias Regionais.

ÁREA DE ATUAÇÃO

A Empresa atua na área postal desde 1969, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/78.

Atua na área financeira como agente arrecadador - em parceria com os órgãos do Governo, prestando serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social e outras atividades semelhantes - e como correspondente bancário na prestação de serviços básicos de abertura de contas corrente e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

Na área comercial, vem expandindo as suas atividades, colocando à disposição da população 25,9 mil pontos de venda de produtos e serviços postais, 26,6 mil Caixas de Coleta e 4,8 mil módulos de Caixas Postais Comunitárias, correspondendo a 489.240 unidades. São mantidas por permissionários 289 ACCs tipo I, projetadas de acordo com o novo modelo de unidades para atendimento de varejo.

A estrutura operacional da ECT conta com uma rede logística de 939 unidades de Tratamento e Distribuição, 150 Regiões Operacionais – REOPs, 8 Terminais de Carga sendo 4 aéreos e 4 de superfície e 37 Centros de Transportes Operacionais.

NOTA 2 - AVALIAÇÃO DOS VALORES APRESENTADOS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Legislação Societária vigente, Lei 6.404/76 e em observância à Lei 9.249/95 (artigos 4º e 5º), que trata da extinção da Correção Monetária de Balanço.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas foram processadas descentralizadamente em vinte e cinco Diretorias Regionais e na Administração Central, a qual consolida mensalmente os balancetes para geração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Empresa.

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como a provisão para devedores duvidosos, constituída até o limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

a) Estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição.

b) Investimentos: registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária à sua realização a valor de mercado.

c) Imobilizados: demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as Leis 7.799/89 e 9.249/95 e Decreto 332/91. Os gastos incorridos com manutenção e reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou vida útil) são capitalizados, enquanto que os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Os custos financeiros com juros incorridos com o projeto de Mecanização da Triagem não são capitalizados.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil. As principais taxas aplicadas são as seguintes:

- Imóveis: 4% a.a.
- Equipamentos de Informática: 20% a.a.
- Instalações e Máquinas/Equipamentos: 10% a.a.
- Veículos: 20% a.a.
- Outras imobilizações: 20% a.a.

d) Diferido: demonstrado pelo valor de custo, ajustado por amortizações a partir da data em que começam a ser usufruídos os benefícios, em períodos que não ultrapassam o prazo máximo de dez anos, estabelecido na Lei 6.404/76.

e) Demais ativos: apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

f) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo: registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.

g) Provisões: os critérios de constituição das provisões registradas durante o exercício foram os seguintes:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – constituída ao final do exercício, com base no percentual correspondente à relação entre a soma das perdas ocorridas nos últimos três anos e o saldo da conta de Faturamento a Receber, somente de clientes particulares, existente no final dos anos correspondentes aos três últimos exercícios;

Provisão para Alcances - constituída mensalmente, à base de 90% do saldo registrado na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;

Provisão para 13º Salário - constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos, com base nas informações disponibilizadas pelo Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS);

Provisão para Férias - constituída mensalmente, com base nos registros do Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS), pelo valor efetivo dos períodos aquisitivos, individualmente, considerando os salários, gratificação de férias e encargos sociais respectivos.

Provisão para Prejuízos a Apurar - desmembrada em delito interno e externo, sendo que, no caso de delito externo, a provisão foi constituída mensalmente à base de 90% e no caso de delito interno em 50% do saldo registrado nos respectivos detalhes da conta Prejuízos a Apurar. É utilizada para fazer face às perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujos processos se encontram em fase de apuração;

Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs) - constituída mensalmente, à base de 50% do saldo registrado nas contas ACFs Inadimplentes, Inadimplentes com Cobrança Judicial, Descredenciadas com Cobrança Judicial e Tomada de Contas Especial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas;

Provisão para Débitos de Agências de Correio Comercial (ACC) constituída mensalmente, à base de 50% do saldo registrado nas contas Inadimplentes, Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial.

Provisão para Valores em Cobrança Jurídica - constituída mensalmente, à base de 50% do saldo das subcontas Cheques em Cobrança Jurídica e Outros Direitos em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;

Provisão para Empréstimo Compulsório - constituída à base de 100% do valor lançado a título de empréstimos compulsórios sobre aquisição de veículos e combustíveis, conforme Decreto 2288/86;

Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis – constituída mensalmente para fazer face às demandas judiciais oriundas de processos ajuizados contra a ECT. Valores definidos com base em pareceres da área jurídica, os quais têm como referência o grau de risco existente, classificados em perda provável (100%), possível (50%) e remota (0%);

Provisão para Ações de Cobrança de Fornecedores - constituída para lastrear os valores envolvidos nas ações impetradas por fornecedores, que tramitam na esfera judicial;

Provisão para Reservas a Amortizar/Postalis - por recomendação da Auditoria Externa, foi constituída a provisão no valor de R\$ 71,7 milhões em 2002, R\$ 77,6 milhões em 2003, R\$ 79,6 milhões em 2004 e R\$ 68,0 milhões em 2005, totalizando R\$ 296,9 milhões, o que representa 92,10% de R\$322,5 milhões (R\$ 364,9 milhões em 2004), valor este constante no Balanço de encerramento do POSTALIS em 31.12.2005 e que deverá ser provisionado pela Empresa até 2006, para cobertura das reservas a amortizar referentes a serviços passados, conforme comentado na Nota 16. O decréscimo de R\$42,4 milhões, de 2004 para 2005, decorreu do crescimento da folha de pagamento e a conseqüente contribuição da Empresa, reduzindo assim, as Reservas a Amortizar.

h) Imposto de Renda e Demais Tributos

A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas do adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.

Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no que couberem, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.

A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas no período de janeiro a dezembro/05 à alíquota de 1,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões e diferimentos permitidos pela legislação.

As demais obrigações tributárias estão em conformidade com as alíquotas estabelecidas pela legislação.

NOTA 4 - DISPONÍVEL

As disponibilidades da Empresa em 31/12/2005 somam R\$ 1.420.818.086,35 (R\$ 1.097.079.227,13 em 2004), assim distribuídas: Caixa R\$ 130.919.634,70 (R\$ 118.962.396,61 em 2004); Bancos R\$ 181.608.673,04 (R\$ 244.238.224,39 em 2004) e Aplicações R\$ 1.108.289.778,61 (R\$ 733.878.606,13 em 2004).

Por ato do Conselho Monetário Nacional, que decidiu flexibilizar as restrições estabelecidas e dar maior liberdade operacional às empresas, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, autorizando a constituição de Fundo de Investimento Extramercado Comum e Fundo de Investimentos Exclusivos, para acolher as aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta que exerçam atividades não sujeitas à Supervisão do Banco Central do Brasil. Em 31/12/05 o saldo de R\$1.108.289.778,61 representa o valor aplicado no Fundo Exclusivo 14.

NOTA 5 - CRÉDITOS

O saldo de R\$ 723.584.733,79 (R\$ 622.714.957,01 em 2004) refere-se aos direitos da Empresa com os usuários dos serviços, que estão representados por: Serviços Faturados R\$ 534.166.998,93 (R\$ 425.351.982,86 em 2004); Serviço a Crédito a Faturar R\$ 24.808.441,21 (R\$ 35.508.506,60 em 2004); Cartão de Crédito R\$ 464.815,23 (R\$ 818.066,03 em 2004); Outros Débitos de Clientes R\$ 41.262.658,06 (R\$ 39.194.802,43 em 2004); Débitos de ACF, R\$ 55.679.415,03 (R\$ 60.764.099,39 em 2004); Débitos Negociados R\$ 1.887.090,14 (R\$ 1.176.535,47), Débitos de ACC Terceirizadas R\$ 3.491.587,44 (R\$ 3.280.667,83 em 2004); Débito de Agência de Correios Comunitária R\$ 165.666,21 (R\$ 214.359,88 em 2004); Débitos Internacionais R\$ 61.657.806,41 (R\$ 57.581.773,24 em 2004) estes, corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque – DES são os mais relevantes.

NOTA 6 - ESTOQUES

O saldo dos estoques na data do balanço é de R\$ 86.026.105,42 (R\$ 83.576.009,77 em 2004), representado por materiais de consumo e produtos que foram registrados de acordo com o Parecer Normativo CST 06/79 e 199/70.

NOTA 7 - DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$ 11.512.487,61 (R\$ 2.184.786,85 em 2004) representa despesas que serão apropriadas, parceladamente, num período maior que um mês, tais como seguros.

NOTA 8 - OUTROS VALORES E BENS

O saldo de R\$ 229.811.105,30 (R\$ 256.551.571,31 em 2004) engloba entre outros: Adiantamentos concedidos a empregados e terceiros R\$ 63.982.114,51 (R\$ 67.335.899,73 em 2004); Valores a Compensar R\$ 81.709.747,54 (R\$ 99.042.984,76 em 2004), que são apropriações e retenções fiscais e parafiscais; Cobrança Jurídica/Inadimplência R\$ 63.960.369,54 (R\$ 65.132.698,69 em 2004), contabilizados pelo valor original e deduzidos das provisões para cobertura das perdas; Valores a Apurar R\$ 5.331.196,38 (R\$ 4.093.910,87 em 2004), relativos aos processos em andamento por delitos internos e externos, registrados pelo valor original e já deduzidos das provisões para cobertura das perdas; e outros créditos R\$ 14.827.677,33 (R\$ 20.946.077,26 em 2004).

NOTA 9 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Composição do saldo do grupo, no valor de R\$ 966.653.184,55 (R\$ 887.462.475,50 em 2004) está assim distribuído: Aplicações no Fundo Exclusivo 15 R\$ 236.540.490,88 (R\$ 247.474.513,31 em 2004); Fundo Exclusivo 13 R\$ 422.247.830,99 (410.483.255,55 em 2004); Imóveis Funcionais R\$ 4.442.135,72 (5.995.277,35 em 2004), resultante da alienação aos empregados com financiamento administrado pela Caixa Econômica Federal; Despesas Antecipadas R\$ 2.298.626,73 (R\$ 3.711.550,50 em 2004), relativas aos seguros a vencer por conta dos financiamentos externos; Depósitos Judiciais R\$ 103.702.103,73 (R\$ 103.126.624,08 em 2004), referentes aos depósitos judiciais efetuados pela Empresa em cumprimento aos autos de infração e reclamações trabalhistas; e Outros R\$ 88.127.967,81 (R\$ 7.377.225,89 em 2004): R\$31.000.000,00 conforme Contrato DEJUR 12.913, de 20.09.2004, correspondente ao 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de

Serviços de Correspondente Bancário nº 10.805/2001 junto ao Banco Bradesco S.A., R\$ 34.326.456,72 referente às retenções, a título de ISSQN, efetuadas por nossos clientes quando do pagamento das faturas pelos serviços prestados. Quanto a este último, por força da Lei Complementar 116, de 31/07/2003, foi incluído na lista anexa o serviço de Correios. Assim, a Empresa, respaldada pela tese de Imunidade Tributária, recorreu judicialmente nos municípios para os quais a retenção foi recolhida, já tendo manifestação favorável pelos tribunais municipais de Lagoa Vermelha/RS, Fortaleza/CE e Campo Grande/MS. Assim, houve a reclassificação para o Realizável; e R\$ 13.081.827,43 relativos ao depósito de poupança-garantia pelo contrato comercial 531/2005 com a Caixa Econômica Federal, entre outros valores. Na rubrica Créditos, compõe aquele valor, além do item Imóveis Funcionais, R\$ 71.573.274,46 referentes à reclassificação de origem do Circulante, quanto ao faturamento a receber de órgãos públicos vencidos há mais de 360 dias e R\$ 37.720.754,36 relativos aos valores a receber do INSS, cujo processo atualmente se encontra na Advocacia Geral da União.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os recursos aplicados em Investimentos, depois de deduzidas as provisões, somam R\$ 6.327.229,57 (R\$ 6.179.932,37 em 2004). Parte do valor bruto, R\$ 28.061.890,63, está aplicada em Investimentos com Incentivos Fiscais – FINAM/FINOR, conforme art. 592, Decreto nº 3.000, de 26/03/1999 – RIR/99, cujos valores permaneceram inalterados em relação ao exercício anterior, assim distribuídos: Certificado de Investimento – FINOR; R\$ 14.327.803,96 Certificado de Investimento – FINAM R\$ 4.825.434,17; Depósito para Investimento – FINOR R\$ 940.357,76; Depósito para Investimento – FINAM R\$ 7.968.294,74. Com a finalidade de resguardar possíveis riscos de perdas no investimento, foi provisionado o valor de R\$ 26.709.849,67, ou seja, cerca de 95% do valor investido.

NOTA 11 – IMOBILIZADO e DIFERIDO

Os bens Imóveis da ECT eram controlados pelo Sistema de Bens Imóveis - SBI, Sistema este que funcionava centralizadamente no Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais DEPAS, alimentado por informações provenientes das operações realizadas nas Regionais, ou seja, incorporações, transferências e baixas.

Com a implantação do ERP em 2004, houve necessidade de depuração da carteira imobiliária, sendo apurada a fidedignidade dos registros existentes no SBI e migrados para o ERP, Módulo do Ativo Fixo.

Durante esta apuração, foram efetivadas ações de controle, tais como:

- a) atualização Monetária dos itens, de acordo com os respectivos indexadores previstos na legislação vigente de cada período;
- b) cálculo de depreciação/amortização considerando a vida útil de cada bem e a respectiva data de incorporação;
- c) conferência da conversão do sistema monetário brasileiro nas respectivas datas e corte de casas decimais das moedas; entre outros.

Após esses procedimentos e avaliação exaustiva das possibilidades de identificação de inconsistências, foi apurada a necessidade de ajuste de R\$ 137.232.168,74 decorrentes das constantes mudanças do padrão monetário brasileiro, falta de uniformidade nos procedimentos das Diretorias Regionais, baixas patrimoniais não informadas ao órgão de contabilidade e inexistência de integração dos sistemas Contábil e Patrimônio, lançandos em contrapartida a Lucros Acumulados (Patrimônio Líquido). O saldo do Ativo Imobilizado ao final do exercício de 2005 apresentou o montante de R\$ 1.981.603.059,10 (R\$ 2.136.668.751,11 em 2004) e o Diferido R\$ 34.707.897,23 (R\$ 30.353.055,00).

NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

DIVIDENDO A PAGAR – à União, acionista único, foram destinados dividendos de 50% do lucro do exercício ajustado, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6404/76, correspondentes a R\$ 188.283.986,22 (R\$ 150.541.239,99 em 2004) O saldo de R\$ 277.893.517,24 está composto pelos dividendos calculados sobre o resultado do exercício de 2005, R\$ 188.283.986,22, mais o valor de R\$ 89.609.531,02, complementares do exercício de 2004, conforme decisão do Ministro de Estado da Fazenda de 23 de dezembro de 2005.

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS – o saldo de R\$ 179.543.302,72, (R\$ 140.705.662,09 em 2004), refere-se aos valores de terceiros, recebidos pela ECT mediante contratos para prestação de serviços de recebimentos de contas, de remessa de valores ou venda de produtos de terceiros em consignação, recebimento para o POSTALIS, captação de depósitos para o Banco Postal (BRADESCO) entre outros.

ADIANTAMENTO DE CLIENTES – o saldo de R\$ 390.354.040,91 (R\$ 360.733.279,28 em 2004), refere-se aos recursos de terceiros em poder da Empresa, e que está composto, entre outros valores, da seguinte forma: Filatelistas R\$ 264.892,46 (R\$ 366.435,79 em 2004); Adiantamentos de Clientes R\$ 7.054.961,03, (R\$ 8.158.556,75 em 2004); Depósitos do INSS para Pagamento de Benefícios R\$ 359.546.848,63 (R\$ 344.797.711,94 em 2004).

CONTAS INTERNACIONAIS A PAGAR – o saldo de R\$ 53.230.599,93 (R\$ 49.166.776,34 em 2004) representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas, corrigidas pela variação do Direito Especial de Saque - DES.

PROVISÕES – o saldo de R\$ 207.203,82 (R\$ 72.380.497,94 em 2004) foi resultante da transferência do valor de R\$ 92.398.516,60 (R\$ 72.188.018,11 em 2004) para o EXIGÍVEL, tendo em vista não ter ocorrido o pagamento das provisões constituídas para fazer face às possíveis coberturas de ações judiciais interpostas por fornecedores e Cias. Aéreas. Após o trânsito em julgado de cada ação, o valor será reclassificado para o CIRCULANTE.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – o saldo de R\$ 51.016.852,14 (R\$ 55.383.210,20 em 2004) representa os valores vencíveis em 2006, transferidos do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante, referentes ao financiamento da Mecanização da Triagem – MECTRI.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – o saldo de R\$ 47.070.996,56 (R\$ 22.707.620,71 em 2004) corresponde ao valor calculado com base nos critérios de retorno financeiro estabelecidos pela Empresa e será pago aos empregados em 2006.

RECEITAS A APROPRIAR – R\$ 4.690.878,84 (R\$ 15.311.906,47 em 2004) refere-se à apropriação de aluguel de caixa postal, que deverá ser apropriado em 2006. O Valor de R\$ 11.240.029,01 representava a parcela registrada no Passivo Circulante que seria transferida em 2005 às receitas relativas às luvas para ampliação do atendimento das atividades de correspondente bancário, com o Banco Bradesco S.A., em 1.465 agências de Correios Franqueadas, 289 agências de Correios Permissionárias, 199 agências de Correios Próprias e 568 agências de Correios Comunitárias, conforme Contrato DEJUR 12.913, de 20.09.2004, correspondente ao 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário nº 10.805/2001. Naquele mesmo exercício, esse valor foi reclassificado para o EXIGÍVEL tendo em vista que até o encerramento do Balanço não foram concluídas as tratativas necessárias para a execução do objeto contratado com o Banco Bradesco.

OUTROS DÉBITOS – R\$ 10.464.000,95 (R\$ 3.543.252,78 em 2004), destacando-se o valor de R\$ 3.410.346,78 relativo às cauções depositadas por fornecedores.

NOTA 13 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - a conta de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 259.640.989,18 (R\$ 368.798.094,84 em 2004), está assim constituída:

- financiamentos em moeda estrangeira, que somam R\$ 233.383.260,44 (R\$ 321.753.556,63 em 2004), com períodos de amortização entre cinco e dez anos, com garantias do Banco do Brasil S/A, cuja composição de saldo é a seguinte:

Agente financeiro	Vigência	Moeda	Valor do Contrato	Cotação 31/12/05	Valor Integral do Contrato em 31/12/04 R\$	Saldo a Liquidar até 31/12/05 R\$	Saldo a Liquidar até 31/12/04 R\$
KFW (Alemanha)	28.02.00	EUR	62.129.884,50	2,76905	172.040.756,67	97.633.111,96	153.479.557,13
JBIC/Marubeni Corporation (Japão)	12.05.00	JPY	8.773.868.531,00	0,019833	174.012.134,57	107.116.407,74	121.911.226,36
Danske Bank A/S (Dinamarca)	14.06.00	EUR	18.246.872,50	2,76905	50.526.502,29	28.633.740,74	46.362.773,14
TOTAL					396.579.393,53	233.383.260,44	321.753.556,63

- financiamentos em moeda nacional, cujo saldo em 31/12/2005 era de R\$ 43.762.881,21 composto de R\$ 26.257.728,74 registrado no EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, e R\$ 17.505.152,47 no PASSIVO CIRCULANTE. Refere-se ao projeto do Sistema de Rastreamento de Objetos/SRO, contrato 8883/97, firmado com a IBM do Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. o qua, corresponde a 85% financiado pelo próprio fornecedor. Em 2005 foram pagas 12 parcelas, restando ainda 30 para pagamento.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - a Empresa, baseada em avaliação da sua área jurídica, constituiu provisão para contingências de naturezas Trabalhistas, Tributárias e Cíveis até o ano de 2003. Em 2004, as provisões tributárias foram revertidas para a receita, conforme parecer do Departamento Jurídico da Empresa por meio da CI/DGCO/DEJUR – 1.569/2004. A Empresa não corrige monetariamente o valor das Contingências classificadas pela área jurídica como Perda Provável. Contudo, apesar de não obrigada a reconhecer as contingências classificadas como Perda Possível, pelo Princípio do Conservadorismo, assim o faz. Dessa forma, tendo em vista a proporção de ações Prováveis e Possíveis, considera estar suficientemente garantida a correção das ações trabalhistas e Cíveis contingenciadas naquela classificação. No exercício de 2005, a provisão para contingência apresentou saldo contábil de R\$ 336.833.914,73 (R\$ 182.097.270,58 em 2004) que está assim composto: Contingências Trabalhistas R\$ 187.683.581.83, Contingências Cíveis R\$ 56.751.816,30 e Ações de Cobrança

de Fornecedores no valor de R\$ 92.398.516,60, conforme Nota 12. Ainda, com relação a este último item, a empresa vem apropriando mensalmente atualização monetária inerente a cada caso.

TRIBUTOS COMPENSADOS - o saldo dessa rubrica ao final do exercício importou em R\$ 82.056.819,44 (R\$ 78.636.696,61 em 2004) e refere-se a valores de tributos não recolhidos e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda.

MANDADOS E PRECATÓRIOS - O saldo de R\$ 9.261.860,19 (R\$ 68.946.320,27 em 2004) representa as obrigações da Empresa por determinação judicial, cujos pagamentos deverão ocorrer até 31 de dezembro do exercício subsequente.

OUTROS DÉBITOS – R\$ 62.000.000,00 (R\$ 19.759.970,99 em 2004) representa a parcela de Receitas a Apropriar, para ampliação do atendimento das atividades de correspondente bancário, com o Banco Bradesco S.A., em 1.465 agências de Correios Franqueadas, 289 agências de Correios Permissionárias, 199 agências de Correios Próprias e 568 agências de Correios Comunitárias, conforme Contrato DEJUR 12.913, de 20.09.2004, correspondente ao 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário nº 10.805/2001.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL – o Capital Social da Empresa é de R\$ 1.143.668.303,20, conforme Decreto s/nº de 08 de agosto de 2002 (DOU nº153, Seção 1, de 09/08/02).

RESERVAS DE CAPITAL - OUTRAS RESERVAS: o montante de R\$ 31.638.953,55 (R\$ 31.730.843,33 em 2004) refere-se a recebimento de bens em doações de órgãos públicos.

RESERVAS DE LUCROS - RESERVA LEGAL: o valor de R\$ 95.715.432,46 (R\$ 75.896.065,49 em 2004) representa o destaque de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2001, 2002, 2003 2004 e 2005, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, e se destina a assegurar a integridade do Capital Social.

RESERVAS DE LUCROS – RESERVA P/ PROJETOS DE INVESTIMENTO: o valor de R\$ 361.032.596,30 foi constituído para cobertura de parcela de investimentos da ECT, conforme aprovação, em 27/12/02, pelo Ministro de Estado da Fazenda, comunicada pelo OF 1946/PGN/PGA – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, de 30/12/2002, com vistas ao atendimento do programa de modernização estrutural, empresarial e tecnológico da Empresa.

LUCROS ACUMULADOS: o registro desta conta, no valor de R\$ 627.817.598,22 (R\$ 652.036.400,73 em 2004), representa o saldo dos lucros auferidos pela Empresa a partir do exercício de 2002, já deduzidos a Reserva Legal e os Dividendos da União. Conforme já citado nas Notas 11 e 12, houve um total de R\$ 212.502.787,73 de diminuição decorrente dos ajustes realizados no exercício de 2005.

NOTA 15 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

Atendendo ao disposto no artigo 3º do Decreto 95.524, de 21/12/87, estão demonstradas, abaixo as menores e as maiores remunerações percebidas por dirigentes e empregados da Empresa, no mês de encerramento do exercício, acrescidas de um duodécimo das parcelas pagas com periodicidade diversa da mensal, como segue:

REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS	MENOR REMUNERAÇÃO	SALÁRIO MÉDIO	MAIOR REMUNERAÇÃO
Dirigentes	19.398,97	-	21.338,87
Empregados	479,98	992,82	16.313,81

NOTA 16 - FUNDO DE PENSÃO

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, através de plano de benefício definido. Suas reservas matemáticas são calculadas atuarialmente e revisadas anualmente. A ECT contribui com uma parcela mensal de, no máximo, 8,921% da folha de pagamento, composta da taxa de contribuição normal (paritária entre a patrocinadora e o participante) e da taxa de contribuição especial (4,926%), destinada à cobertura das reservas a amortizar referentes a serviços passados, cujo montante em 31/12/2005 é de R\$ 322,5 milhões, (R\$ 364,9 milhões em 2004), para o qual já houve apropriação de R\$ 296,9 milhões no resultado da ECT, de forma linear desde 2002, conforme Deliberação/CVM nº 371, de 13.12.2000 e NPC 26 do IBRACON. A diferença, no valor de R\$ 25,5 milhões, será apropriada no resultado da Empresa em 2006. Foi implantado no decorrer de 2005 o novo Plano de Benefícios da Contribuição Definida – POSTALPREV, cujo regulamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social – MPAS. No entanto, a nova modalidade somente está disponível para os empregados recém contratados ou aqueles que não faziam parte do antigo plano. Espera-se que o POSTALPREV seja estendido aos demais participantes no decorrer de 2006. Os valores acima foram determinados com base nos cálculos atuariais procedidos pelos atuários contratados pelo POSTALIS.

NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQÜENTES

CAPITAL SOCIAL: foi aprovada pelo Conselho de Administração, a atualização do Capital Social da ECT, com a incorporação das Reserva de Lucros, composta pelas seguintes fontes, com base no Balanço Patrimonial fechado em dezembro/2004:

- a) R\$ 361.032.596,30 relativos à Reserva para Projetos de Investimentos;

- b) R\$ 364.262.992,01 constituídos pela destinação do lucro do exercício de 2001 mais os lucros acumulados dos exercícios de 2002 a 2004, preservando-se a Reserva Legal (R\$ 75.896.065,49) e a reserva de contingência para eventuais acertos de dividendos (R\$ 150.541.239,98);

Como resultado da capitalização dos valores acima, o Capital Social da Empresa será ajustado em R\$ 725.295.588,31, passando para R\$ 1.868.963.891,5, tão logo seja publicado o decreto presidencial no Diário Oficial da União.

POSTALIS: a proposta de saldamento do Plano BD do Postalís, com a abertura do processo de adesão dos seus participantes ao Postalprev, remetida ao DEST – Departamento de Controle das Estataís, em dezembro de 2005, ainda continua pendente de aprovação.

Conforme Demonstrações Financeiras de 2005 do Instituto de Seguridade Social dos Correios, relativas ao plano de Benefício Definido, consta déficit atuarial de R\$ 322,5 milhões, assunto já abordado em Nota anterior, cuja recomendação cita a necessidade de quitação do valor mencionado no exercício de 2006. Caso a empresa não venha saldar esses serviços passados, a contribuição da Patrocinadora deverá ser majorada em 101,82% cujo impacto financeiro em 2006 poderá sofrer um acréscimo da ordem de R\$ 13 milhões/mês para a ECT.

MÓDULO DE ESTOQUE DO ERP: dando seqüência à integração de sistemas promovida pela Solução Integrada de Gestão Empresarial – ERP, o módulo de estoque entrou em produção no final do exercício de 2004 e ainda apresenta instabilidade quanto ao registro tempestivo da movimentação de produtos e materiais. Ao final de 2005 apresentava uma diferença de R\$ 11,1 milhões. e na busca dessa desconformidade, já foi identificada diferença da ordem de R\$ 5,1 milhões (46%), no exercício de 2006. Essas instabilidades representaram em 31/12/2005, aproximadamente 0,2% do Ativo Circulante.

PIS/PASEP: a Lei 10.637, de 30/12/2002 estabeleceu sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), majorando a alíquota para 1,65% (um, sessenta e cinco centésimos por cento). Contudo, a Lei 10.833, de 29/12/2003, no seu artigo 10, traz explicitamente a não aplicação da não-cumulatividade para os serviços de Correios relativa à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Assim, a Empresa, que vinha, de forma conservadora, aprovisionando a diferença do PASEP de 1%, irá reavaliar juridicamente a necessidade de manutenção do valor de R\$ 114,7 milhões lançados como provisão bem como a continuidade do aprovisionamento de 1%.

BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO: nos dois últimos acordos coletivos de trabalho, foi garantido ao empregado aposentado o Serviço Médico, Hospitalar e Odontológico que é oferecido aos empregados que estão na ativa. O Conselho Federal de Contabilidade, por meio de audiência pública avalia até 31/05/2006 a NBC T 19.3, que estabelece procedimentos contábeis específicos para as informações mínimas que deverão constar nas Demonstrações Contábeis das Empresas quanto aos Planos de Benefícios e Encargos de Aposentadoria a Empregados. Assim, tão logo sejam homologadas as condições da consulta, a ECT avaliará os reflexos econômicos pertinentes.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – CPMI DOS CORREIOS: com a eclosão da crise iniciada em meados de maio de 2005, a Diretoria da ECT adotou medidas de ajuste e de aprimoramento de seus processos, bem como trabalhou com seriedade e determinação para assegurar a continuidade da prestação de serviços à população brasileira, com a qualidade e credibilidade, que há muito já lhe têm sido creditadas pela população.

Assim, buscou focar, dentre outras diretrizes: i) a promoção de investigação rigorosa sobre os fatos irregulares apontados; ii) a colaboração irrestrita com os órgãos de controle e de investigação (Controladoria Geral da União-CGU, Tribunal de Conta da União-TCU, Comissão Mista Parlamentar de Inquérito-CPMI dos Correios, Ministério Público Federal – MPF, Polícia Federal e órgãos de controle Interno); e iii) o aprimoramento administrativo em todos os processos.

Em que pese o momento difícil enfrentado, a Empresa teve em 2005 um desempenho positivo em vários aspectos: i) o tráfego postal cresceu acima do PIB, registrando variação de 3,1% (8,0 para 8,3 bilhões de objetos postais); ii) o faturamento do ano alcançou R\$ R\$ 8,6 bilhões, gerando um dos maiores lucros de sua história (R\$ 396 milhões); iii) aumentou em 13% o volume de investimentos (R\$ 281,7 milhões) para a manutenção e modernização da sua capacidade operacional; e iv) contribuiu com R\$ 820 milhões para a União (entre impostos diretos, contribuições e dividendos, 30,6 % a mais que no exercício anterior).

Além disso, a qualidade operacional se manteve elevada, com 97,7% dos objetos entregues dentro do prazo, o que possibilitou que a confiança dos brasileiros também se mantivesse elevada. Prova disso foi a pesquisa feita pelo Vox Populi, no final do ano, que indicou crescimento da popularidade de 89,7% para 90,2%.

Esses indicadores demonstram que a imagem da ECT está solidificada no mercado e indicam a sua continuidade como maior empresa nacional no segmento de prestação de serviços.

JANIO CEZAR LUIZ POHREN
Presidente

JOSÉ OSVALDO FONTOURA
CARVALHO SOBRINHO
Diretor Econômico-Financeiro

JOSÉ OTAVIANO PEREIRA
Diretor Comercial

VANINE VASCONCELOS MAGALHÃES
Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura

EVERTON LUIZ CABRAL MACHADO
Diretor de Operações

MARCOS GOMES DA SILVA
Diretor de Administração

VIRGÍLIO BRILHANTE SIRIMARCO
Diretor de Recursos Humanos

ILDO RONY DE MOURA
Contador CRC/RS-041.505/T-0

**CONSELHO FISCAL DA ECT
PARECER Nº 02/2006
CONTAS GERAIS DE 2005**

1. O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em sua 2ª reunião extraordinária, realizada em 25 de maio de 2006, com base no artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e, nos termos do inciso VI do artigo 25 do Estatuto da ECT, aprovado pelo Decreto nº 83.726, de 17 de julho de 1979, examinou o Relatório de Gestão, o Balanço e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.

2. À vista dos documentos apresentados, das análises procedidas em reuniões ocorridas mensalmente, do acompanhamento da gestão econômico-financeira da Empresa e dos esclarecimentos prestados pela Diretoria; do Parecer da Auditoria Interna; e, ainda, considerando o Parecer dos Auditores Independentes, emitido em 18 de abril de 2006, com destaque para o teor do seu item “5”, cujos reflexos na situação econômico-financeira da ECT poderão interferir em suas demonstrações contábeis, o Conselho Fiscal é de opinião que os atos administrativos dos atuais gestores foram praticados dentro do estrito cumprimento das normas vigentes e estão refletindo adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da Empresa e o resultado de suas operações naquela data, razão por que se manifesta favorável à sua aprovação.

3 O Conselho Fiscal ressalva, todavia, que poderão, eventualmente, gerar reflexos nos resultados da Empresa as ações saneadoras que a atual administração da ECT adotou – inclusive com a colaboração dos órgãos de controle e investigação – sobre atos de gestão de ex-administradores, empreendendo medidas legais cabíveis, cujos resultados não são completamente conhecidos neste momento.

4. Por fim, com o propósito de que se dê, também, cumprimento ao inciso III, do Art. 25 do Decreto 83.726, de 17 de julho de 1979, e ao Art. 4º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à proposta sobre a destinação do lucro do exercício, conforme contabilizado, recomendando que os documentos pertinentes sejam encaminhados ao Ministério das Comunicações, ao qual é vinculada a Empresa, para posterior envio ao Ministério da Fazenda, e que no processo de apuração e pagamento da Participação nos Lucros e Resultados se observem os critérios para tanto estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Brasília, 25 de maio de 2006.

DINIZ DE OLIVEIRA IMBROISI
Presidente
CPF 112.378.726-34

MILTON COLEN
CPF 018.311.275-04

MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA
CPF 039.894.116-59



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Exceto pelo descrito nos parágrafos nos. 3 e 4, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 A Empresa concluiu a implantação do módulo dos estoques no sistema integrado de gestão, identificando divergências em todas as diretorias regionais, quando da análise da posição operacional com os respectivos saldos contábeis. Essas divergências estavam em processo de conciliação por parte da Empresa, contudo, até o término do nosso exame de auditoria esse trabalho não havia sido concluído. Adicionalmente a Empresa divulgou, na nota explicativa no. 17 - Eventos Subseqüentes – Módulo de Estoque do ERP que foi realizada uma conciliação entre os sistemas operacional e contábil, apresentando uma divergência no montante de R\$ 11.833.513,55. Todavia, tal informação apresentada não foi objeto dos nossos exames. Consequentemente, não foi possível certificar quanto à adequação dos valores registrados nessa conta que, em 31 de dezembro de 2005, totaliza o montante de R\$ 86.026.105,42.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

- 4 Conforme nota explicativa no. 13, “Provisão para Contingências” a Empresa efetua o registro contábil da provisão das ações/ processos de naturezas trabalhistas e cíveis, adotando o critério de 100% do valor para as ações classificadas como perda provável e de 50% do valor para as ações classificadas como perda possível, conforme avaliação da área jurídica da Empresa. Todavia, o sistema responsável pelo controle dos processos contingenciais da Empresa encontra-se em fase de aperfeiçoamento. Dessa forma, exceto pelas as ações de cobrança de fornecedores de companhias aéreas, cuja atualização monetária é processada manualmente, os valores dos processos que servem de base para os registros contábeis não estão sendo corrigidos monetariamente e correspondem a R\$ 131.995.114,99, classificados como perda provável e R\$ 112.440.283,14, classificados como perda possível. Como conseqüência, não foi possível, mesmo com procedimentos alternativos, nos satisfizermos quanto à adequação dos registros contábeis na conta “Provisões para Contingências”, e o resultado correspondente na respectiva data, mesmo considerando os valores registrados contabilmente como perda possível.
- 5 Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos nos parágrafos nos. 3 e 4 , as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 6 A Empresa está em tratativas para celebrar um acordo com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, relativo a valores a receber e a pagar pendentes de acerto financeiro há longa data, estando esse processo sendo analisado presentemente na Advocacia Geral da União - AGU. Em 31 de dezembro de 2005, esses valores correspondem a R\$ 37.720.754,36 e R\$ 375.130.498,50, respectivamente. Além disso, a Empresa possui valores à receber daquele órgão, que estão sendo negociados, referentes a serviços prestados, cujo histórico de recebimento dos mesmos é de longo prazo. O saldo contábil do contas a receber do INSS, em 31 de dezembro de 2005, classificado no ativo circulante é de R\$ 86.823.500,51, dos quais R\$ 53.749.414,50 encontram-se vencidos há mais de 365 dias. Dessa forma, em razão do atual estágio das negociações, a Empresa julgou desnecessário o reconhecimento de quaisquer ajustes decorrentes desses assuntos nas demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

- 7 Amparada pela área jurídica e decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal, a Empresa vem recolhendo o PASEP pelo regime da cumulatividade. Todavia, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, estabeleceu o regime da não cumulatividade para o cálculo e recolhimento desse tributo. Dessa forma, a Empresa, de forma conservadora, vem efetuando a provisão contábil da diferença de 1% entre os regimes, cujo saldo, sem as atualizações e encargos incidentes é de R\$ 121.252.381,01, em 31 de dezembro de 2005. Durante o exercício de 2005, a Empresa efetuou duas consultas à Secretaria da Receita Federal sobre a matéria, alegando o enquadrando da mesma, no inciso IV do artigo 8º da Lei nº 10.637, que trata de pessoas jurídicas imunes a impostos. Todavia, ambas as consultas foram indeferidas por aquele órgão. A Empresa divulgou na nota explicativa no. 17 - Eventos Subseqüentes – PIS/PASEP, que esse assunto, bem como a referida provisão constituída será objeto de análise pela área jurídica, avaliando a necessidade ou não da manutenção da provisão contábil. Dessa forma, em virtude da situação descrita acima, e o atual estágio, não foi possível determinar os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
- 8 A Empresa é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, denominado Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS. Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes do POSTALIS, datado em 20 de fevereiro de 2006, a última avaliação atuarial indica a necessidade de elevar os valores das contribuições ordinárias do plano de benefício – BD, na ordem de 101,81%, a partir de março de 2006. Todavia, a administração da Empresa resolveu suspender o reajuste dessa contribuição, pois se encontra em análise, no DEST – Departamento de Controle das Estatais, a proposta de saldamento desse plano e abertura de adesão dos seus participantes ao plano de contribuição definida, denominado Postalprev. No momento não temos como mensurar a existência ou não de impactos nas demonstrações contábeis, decorrente do desfecho deste assunto.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

9 As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins comparativos foram por nós auditadas, e nosso o parecer sem ressalva, datado em 22 de abril de 2005, continha parágrafos de ênfases quanto aos seguintes assuntos:

(i) conclusão da implantação do módulo do ativo imobilizado do sistema integrado de gestão, e identificação de uma divergência entre a posição patrimonial/operacional e contábil no montante de R\$ 190.252 mil. Essa divergência foi conciliada e ajustada nos respectivos relatórios operacionais e saldos contábeis, durante o exercício corrente; e

(ii) mesmo assunto mencionado no parágrafo nº 6.

Brasília, 18 de abril de 2006.

Alexandre Ralf Slavic
Sócio-Contador
CRC 1SP207032/O-5 "S" DF
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF